

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

1 No vigésimo dia do mês de dezembro de 2021, às 14h00m, o Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios  
2 Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim – Comitê Guandu/RJ, deu início à 5ª Reunião Extraordinária do  
3 Plenário do Comitê Guandu/RJ, não presencial, através de plataforma online (Teams), tendo como pauta  
4 os seguintes assuntos: **1-Abertura e leitura da pauta; 2-Aprovação do Acordo de Cooperação**  
5 **Técnica a ser firmado com a ABES para a realização conjunta de atividades visando o**  
6 **desenvolvimento e execução de programas e projetos de cooperação técnico científica e ao**  
7 **intercâmbio em assuntos educacionais, culturais, científicos, tecnológicos e de pesquisa bem**  
8 **como realização de eventos relacionados ao setor de engenharia sanitária e meio ambiente; 3-**  
9 **Aprovação do Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado com o Ministério Público para**  
10 **o intercâmbio de informações, tecnologias, dados e pesquisas versando sobre as políticas**  
11 **nacionais, estaduais e municipais de recursos hídricos e saneamento básico; 4-Aprovação da**  
12 **minuta de Resolução que “Aprova a destinação de recursos financeiros oriundos da cobrança**  
13 **pelo uso da água na Região Hidrográfica II -Guandu para execução de Projeto de Pesquisa e**  
14 **Desenvolvimento e apoio ao monitoramento quali-quantitativo dos corpos hídricos, existentes na**  
15 **Sub-Bacia do Rio Guandu.” 5-Apresentação FONASC referente à solicitação de apoio à moção;6-**  
16 **Prestação de contas periódica das atividades realizadas pela Diretoria Executiva, incluindo**  
17 **demandas recebidas e os devidos encaminhamentos, conforme artigo 11 inciso 6 do RI;7-**  
18 **Apresentação do artigo da representante da Águas do Rio no Colegiado, Caroline Lopes, e possível**  
19 **representação do Comitê no evento Mega Cidades; 8-Participação e representação do Comitê**  
20 **Guandu no Fórum Mundial da Água em 2022, no Senegal;9-Encerramento. ITEM 1 – A Diretora**  
21 **Executiva, Ana Asti, cumprimentou a todos e deu início a reunião. A Secretaria Executiva efetuou a leitura**  
22 **das regras para funcionamento da reunião. Nelson Reis (OMA-Brasil) explanou sua insatisfação com a**  
23 **plataforma online utilizada para acontecimento das reuniões do Comitê Guandu. Solicitou a Diretoria**  
24 **Colegiada uma avaliação em sua proposta de mudança de plataforma. Ana Asti (SEAS) propôs a discutir**  
25 **com os demais diretores em reunião com a Diretoria Colegiada e retornar o que seria acordado para os**  
26 **membros da Plenária; Avançaram para o ITEM 1 – A Secretaria Executiva realizou a leitura da pauta.**  
27 **Hélio Vanderlei (INEA) solicitou uma inversão de pauta, para que assim efetuassem a apresentação do**  
28 **item 4, logo após o item 1, pois os representantes do INEA presentes teriam que ingressar em uma outra**  
29 **reunião, que iniciaria às 14h00min. Ana Asti (SEAS) informou aos membros que foi aprovada em reunião**  
30 **da Diretoria, a Resolução Guandu nº165/2021, ad referendum, que revogou o parágrafo 4º da Resolução**  
31 **Guandu nº149/2020, que submetia as votações, em reuniões por videoconferência, a chamadas nominais.**  
32 **Com isso, questionou se algum membro seria contrário a inversão de pauta. Sem manifestações**  
33 **contrárias, seguiram com o então, após aprovação da Plenária. ITEM 2 – Hélio Vanderlei (INEA) relembrou**  
34 **que a proposta do projeto iniciou seu processo administrativo em 21 de fevereiro do ano de 2021 e citou**  
35 **os caminhos percorridos até a presente reunião. Salientou que a proposta surgiu quando foram**  
36 **submetidos a questionamentos sobre monitoramento, devido a problemática da geosmina e outras**  
37 **questões, onde a equipe do INEA elaborou um produto robusto onde pudessem realizar o marco zero, e**  
38 **assim surgiu o projeto e a minuta de Resolução que seriam apresentados a todos. Lembrou que o tema**  
39 **estaria adentrado ao PAP e que se obtinha recursos para execução do projeto. Ana Asti (SEAS) efetuou**  
40 **a leitura dos artigos da minuta de Resolução, onde o 1º aprova o aporte de R\$2.936.159,65 (dois milhões,**  
41 **novecentos e trinta e seis mil, cento e cinquenta e nove reais, e sessenta e cinco centavos). Luiz**  
42 **Constantino (INEA) realçou que estaria lisonjeado em ter feito parte da avaliação do projeto, que**  
43 **acreditava que acarretaria em ótimos resultados. André Leone (INEA) realizou a apresentação do projeto**  
44 **de Monitoramento, que contava com a introdução, objeto, os escopos do serviço. Gilvoneick Souza**  
45 **(Defensoria Socioambiental) questionou se a análise de contaminantes de coliformes fecais estaria**  
46 **inserido ao projeto de monitoramento, para eliminação desses parasitas e o monitoramento da implicação**  
47 **de metais pesados no corpo hídrico e considerou que diversos rios da RH II não poderiam ser sujeitos a**  
48 **dragagem, devido ao excesso de contaminantes. Nelson Reis (OMA-Brasil) elogiou o trabalho da equipe**  
49 **do INEA e sugeriu que Hélio Vanderlei (INEA) apresentasse a Plenária a evolução que estaria trazendo**  
50 **para instrumento e enquadramento dos corpos hídricos com o avanço na Resolução CONAMA**  
51 **nº357/2005. Hélio Vanderlei (INEA) agradeceu a Nelson Reis (OMA-Brasil) e destacou que Procon-Água**  
52 **seria um instrumento de monitoramento das ETES, porém faltava para esse mecanismo um software que**

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

53 poderia disponibilizar os indicadores de forma mais célere. Por conta disso, estariam buscando uma  
54 interlocução com os CBHs para que alcançassem um financiamento para investimento em um programa  
55 que apresente indicadores de maneira automática. Sobre enquadramento, mencionou que André Leone  
56 (INEA) estaria buscando fortalecer a relação dos CBHs com laboratórios e pesquisas. Informou sobre a  
57 criação de um núcleo na DISEQ para fortalecimento da relação dos CBHs com os projetos do INEA, para  
58 maior agilidade nas informações. André Leone (INEA) replicou a Gilvoneick Souza (Defensoria  
59 Socioambiental) que a princípio os parasitas citados por ele, não seriam contemplados no projeto, pois  
60 não haviam padrões para tal. Porém, poderiam refletir sobre prever essas análises. Em relação a metais  
61 pesados, apontou outras metodologias e citou que o INEA utilizava absorção atômica e que sempre  
62 obtiveram bons resultados, e assim seria utilizado ou absorção atômica ou ICP. Uiara Martins (FONASC)  
63 questionou sobre os produtos, como dragar, uso e ocupação do solo, indagou como seria essa questão e  
64 o papel do órgão ambiental. Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) realçou a relevância do que  
65 apontou sobre análise, que segundo ele vinha prejudicando a saúde de muitos indivíduos. E enfatizou a  
66 necessidade de discussão sobre a barragem da CEDAE. Miguel Alvarenga (ABES) esclareceu que o  
67 modelo de tratamento convencional utilizado na ETA Guandu removia os exemplos de patógenos citados  
68 por Gilvoneick. Salientou que de fato existiam os dados de pessoas que possuem sua saúde prejudicada  
69 pelos contaminantes da água e que vem a óbito por conta disso, mas realçou que o estado do Rio de  
70 Janeiro encontrava-se em uma boa classificação nesses índices. Enfatizou que não poderiam fomentar  
71 terrorismo, e ainda que estaria falando de água bruta e não tratada, realçando que a CEDAE seria uma  
72 empresa séria e as demais empresas que estariam se responsabilizando pelo saneamento em algumas  
73 áreas. Hélio Vanderlei (INEA) agradeceu a Miguel Alvarenga (ABES) sobre sua colocação. Sobre o  
74 questionamento de Uiara Martins (FONASC), informou que o INEA, além das funções que possuía,  
75 também seria um instituto de ciência e tecnologia, onde atuam também em pesquisas, e assim se obtém  
76 os estudos dos sedimentos e a forma da dragagem poderia ser feita pelo órgão do estado ou feita por  
77 uma empresa contratada e licenciada para tal. Sobre os peixes, citou que André Leone (INEA) verificaria  
78 sobre os problemas com os peixes robalos. André Leone (INEA) levantou que para se cobrar resultados  
79 é preciso a obtenção de informações, pois dessa forma é possível direcionar as ações. Considerou  
80 fundamental essa parceria, e destacou que após o aporte desses recursos o Comitê Guandu deve manter  
81 comunicação para obtenção de informações e elaboração de soluções. Deram início a votação e Ana Asti  
82 (SEAS) questionou sobre contrariedades e abstenções. Uiara Martins (FONASC) se colocou contrária a  
83 aprovação da minuta, pois considerou não ter percebido no texto o uso de dados por parte do INEA,  
84 enfatizando que seu voto foi contra a ausência de respostas. Sem mais oposições, a Resolução foi  
85 aprovada. Seguiram com o **ITEM 3** – Fátima Rocha (AGEVAP) fez uma breve contextualização,  
86 esclarecendo sobre o que seria a ACT, que é uma parceria, assinada pela ABES, AGEVAP e Comitê  
87 Guandu. Tratou sobre o objeto da ACT, os recursos financeiros, que não envolviam transferência entre os  
88 partícipes e que as despesas que se fizessem necessárias, correriam por conta de dotações  
89 orçamentárias próprias dos partícipes. Apresentou os tipos de ações que seriam realizadas, onde em  
90 primeiro momento seria realizado um evento em comemoração dos 55 anos da ABES e abertura das  
91 comemorações dos 20 anos do Comitê Guandu. Exibiu as atividades específicas do Comitê Guandu para  
92 com o evento, que totaliza a aplicação de um valor de R\$140.269,15 (cento e quarenta mil, duzentos e  
93 sessenta e nove reais e quinze centavos) em contratações e aquisições como: buffet, transmissão ao vivo,  
94 aquisição de backdrop entre outros. Como também, as atividades específicas da ABES. Miguel Alvarenga  
95 (ABES) efetuou uma apresentação elucidando sobre o evento e o tema a ser apresentado no Seminário.  
96 Hendrik Mansur (TNC) explanou sua impressão de que Comitê Guandu se responsabilizaria por recursos  
97 e a ABES por ações de marketing ou eventos, considerando isso, julgou que um ACT não seria o  
98 instrumento ideal. Pediu esclarecimentos, por compreender que o Comitê Guandu estaria financiando  
99 parte de evento, e obtendo alguns direitos por conta disso. Ana Asti (SEAS) esclareceu que o ACT não  
100 efetua transferência de recursos. Salientou que na data de 03 de abril de 2022, o Comitê Guandu estaria  
101 fazendo 20 anos e na mesma semana a ABES completaria 55 anos, com isso, a proposta seria que o  
102 evento em comemoração ao aniversário do Comitê Guandu acontecesse dentro do evento de aniversário  
103 da ABES, considerando que seria até mesmo uma divisão de custos. Enfatizou que o Comitê Guandu se  
104 encarregaria dos custos com serviços de backdrop, buffet para 1500 pessoas, transmissão ao vivo e

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

105 disponibilizaria a mão de obra de sua Secretaria Executiva. E que a ABES assumiria todos os demais  
106 custos que o evento acarretaria. Destacou que o objetivo seria unir forças e que o ACT seria uma forma  
107 de proporcionar futuramente outras ações que poderiam ser realizadas em conjunto. Hendrik Mansur  
108 (TNC) rebateu que havia compreendido, mas considerou que faltaria ao documento apresentado  
109 consistência para restante do acordo, por parecer um ACT especificamente para o evento de aniversário.  
110 Considerou que o ACT evidencia divisão de custos, destacando que ACTs não possuem essa  
111 funcionalidade e por conta disso apontou sua preocupação em aprovar o ACT. Uiara Martins (FONASC)  
112 ressaltou que compreendeu o mesmo que Hendrik Mansur (TNC), e por se tratar de um evento em  
113 conjunto, considerou ser preciso a apresentação da estrutura do evento. Enfatizou não ser contra a ACTs,  
114 mas reforçou sua colocação. Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) enfatizou seu tempo atuando  
115 na área ambiental. Considerou que não há instituição quando a mesma capta recursos da iniciativa privada  
116 e do governo, julgou que instituição deve fiscalizar e cobrar. Ana Asti (SEAS) informou que junto ao ACT  
117 foi encaminhado um Plano de Trabalho, que seria o Anexo 1 do ACT. Ana Asti (SEAS) efetuou a leitura  
118 das metas a serem alcançadas, previstas no Plano de Trabalho. Saliou que seria preciso a aprovação  
119 em CTs para execução das ações e questionou a Secretaria Executiva como estariam previstos os  
120 caminhos para execução. Destacou que o objetivo seria que o ACT fosse “guarda-chuva”, mas  
121 compreendeu que cada ação demandaria um Plano de Trabalho. Miguel Alvarenga (ABES) replicou que  
122 a ABES possuía uma contrapartida principal de divulgação do Comitê Guandu com sua participação no  
123 evento e de convites aos membros para participação física. Destacou que ao apresentar reformas da  
124 sede, livros e webinar, tinha o intuito de trazer a compreensão do projeto como um todo que ABES estaria  
125 organizando, do qual segundo ele gostariam de dar divulgação ao Comitê Guandu, mas que a proposta  
126 em reunião seria o destaque ao SANEARio. Esclareceu que o seminário para o evento já possuía um  
127 tema definido e que já tinham iniciado o processo de planejamento para elaboração das metas,  
128 salientando estarem em fase de construção. Rebateu a Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental)  
129 que a ABES seria uma instituição plural, destacando o sucesso obtido dentro de todo seu período de  
130 existência com a sua atuação, mas explanou respeitar o posicionamento do convidado. Fátima Rocha  
131 (AGEVAP) esclareceu que o acordado seria o ACT com o então Plano de Trabalho para realização dos  
132 eventos para o ano de 2022 e citou que dentro da alínea de etapas de execução do projeto estariam as  
133 ações e os caminhos a serem percorridos para execução das mesmas. Para o ano de 2022, as ações  
134 previstas no plano de trabalho seriam a realização e participação do evento de aniversário e a publicação  
135 do livro. E essa seria a proposta que estaria sendo apresentada para aprovação da Plenária. Ana Asti  
136 (SEAS) compreendeu que qualquer instância do Comitê Guandu poderia, caso assim desejassem, propor  
137 alguma ação dentro do escopo apresentado. De forma que adentraria ao ACT como um aditivo, após ser  
138 submetido à aprovação da Plenária. Marco Antônio Barbosa (CREA) lembrou suas participações em  
139 grandes eventos promovidos pela ABES há algumas décadas, considerando extremamente necessária  
140 realizar ações com a instituição. Saliou que a questão não seriam recursos, devido a experiência da  
141 ABES, mas destacou que acreditava que essa participação seria para fortalecimento. Julgou que não  
142 deviam considerar “perca de espaço” ao promover um evento junto a ABES, mas sim acreditar que a  
143 instituição agregaria na visão social e qualitativa. Nelson Reis (OMA-Brasil) também considerou de bom  
144 tom a aproximação com a ABES, propôs que a realização do evento se desse no espaço da RH II,  
145 acreditando ser uma forma de valorizá-la. Hendrik Mansur (TNC) reforçou sua fala de que não seria  
146 contrário a parceria com a ABES e que considerava que o instrumento apresentado não seria ideal para  
147 formalização da mesma. Realçou a necessidade de apresentação do produto com clareza no documento.  
148 Destacou que sua fala seria no sentido de melhorar o processo, para dirimir muitas dúvidas e possuírem  
149 um documento mais robusto. Ana Asti (SEAS) considerou estar claro no Anexo 1 o papel de cada entidade  
150 no evento. Hendrik Mansur (TNC) rebateu que não estaria claro, considerando que a ABES aplicaria ao  
151 evento mais recursos que o Comitê Guandu, porém, o texto do documento apontava a compreensão de  
152 que o Comitê Guandu financiaria todo evento. Ana Asti (SEAS) apontou não saber se caberia inserir  
153 detalhes ao Plano de Trabalho e também o instrumento que poderia dar um suporte mais objetivo. Hendrik  
154 Mansur (TNC) julgou que no documento apresentado deveria constar apenas ações e que valores  
155 deveriam ser inseridos em um documento à parte. Realçou que o texto documento trazia a ideia de que o  
156 Comitê Guandu apenas compraria um stand no evento. Ana Asti (SEAS) pontuou que o Anexo 1 apontava

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

157 a colocação de Hendrik Mansur (TNC), fez a leitura das atividades específicas de cada ente, no evento.  
158 Hendrik Mansur (TNC) questionou se o evento de 20 anos Comitê Guandu e o de 55 anos da ABES seriam  
159 um só. Ana Asti (SEAS) replicou ter compreendido ser um só e concluiu a leitura das atividades e fez a  
160 também a leitura do objeto do ACT. Propôs inserir ao texto do objeto o evento conjunto de aniversários da  
161 ABES e do Comitê Guandu. Uíara Martins (FONASC) pontuou ter a mesma preocupação de Hendrik  
162 Mansur (TNC). Tatiana Bastos (IDC) efetuou um pedido de vista do documento, para análise do objeto e  
163 apresentação na próxima reunião Plenária. E questionou a equipe da AGEVAP como seria feita a  
164 contratação do buffet e os caminhos para chegarem ao valor apresentado. Gilvoneick Souza (Defensoria  
165 Socioambiental) apontou sua preocupação com evento devido aos gastos do dinheiro público. Ana Asti  
166 (SEAS) replicou a Tatiana Bastos (IDC) levantando a questão dos prazos, pois a próxima reunião  
167 aconteceria em fevereiro de 2022 e o evento conjunto seria realizado em abril do mesmo ano, e por isso  
168 aguardar até a próxima reunião para aprovação poderia implicar no andamento dos processos de  
169 contratação. Reforçou sua sugestão em alterar e incluir ao objeto o evento e posteriormente em outras  
170 ações específicas poderiam elaborar aditivos ao processo. Marco Barbosa (CREA-RJ) julgou  
171 desnecessário os apontamentos, por considerar a ABES uma instituição séria. Tatiana Bastos (IDC)  
172 pontuou que seu objetivo seria dar celeridade ao processo, por isso concordou em votarem em cima da  
173 alteração do objeto. Questionou mais uma vez a AGEVAP sobre a contratação. Uíara Martins (FONASC)  
174 concordou com a alteração do objeto do ACT para obterem maior clareza. Nelson Reis (OMA-Brasil)  
175 realçou que a AGEVAP faria contratações anuais. Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) reforçou  
176 sua preocupação com gastos de recursos públicos em eventos que muitas vezes não apontam retorno as  
177 problemáticas da bacia hidrográfica. Ana Asti (SEAS) solicitou inserção no texto do objeto a proposta de  
178 texto feita por Nelson Reis (OMA-Brasil) que diz “em especial ao evento de aniversário de 20 anos do  
179 Comitê Guandu – RJ e 55 anos da ABES – RJ”. Iniciou-se a votação para aprovação do ACT com a  
180 alteração efetuada no objeto do ACT. Com a abstenção de Hendrik Mansur (TNC) e Felipe Machado  
181 (F.A.B Zona Oeste), o ACT foi aprovada. (02:10:00). Miguel Alvarenga (ABES) replicou a Nelson Reis  
182 (OMA-Brasil) que se agradou de sua proposta de realização do evento no âmbito da RH – II e que  
183 verificaria a possibilidade de efetuar visitas técnicas. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) propôs adentrarem a  
184 questão a CTSB, considerando que agregaria aos membros. Avançaram para o **ITEM 4** – Nelson Reis  
185 (OMA-Brasil) citou um mecanismo “Meta dados” que demonstra a importância de os dados obterem um  
186 alinhamento, e que antes do ACT feito com o Comitê BG o MP havia elaborado uma Resolução que trazia  
187 base ao documento. Solicitou que o MP esclarecesse da necessidade do ACT, para a obtenção de uma  
188 linha de dados confiável. Ana Asti (SEAS) solicitou que a apresentação de contextualização da Secretaria  
189 executiva fosse realizada e posteriormente darem a palavra aos representantes do MP. Antes de iniciar,  
190 Fátima Rocha (AGEVAP) apenas esclareceu à dúvida anterior de Tatiana Bastos (IDC) que devido não  
191 ser possível o repasse de recursos públicos, o apoio do Comitê Guandu ao evento da ABES seria com as  
192 atividades realizadas e fornecimento de serviços e produtos, onde essas aquisições e contratações seriam  
193 feitas por meio de licitação. (02:15:00) Iniciou a apresentação sobre o ACT, onde apontou o objeto do  
194 ACT, enfatizando que assim como o ACT anterior o documento não envolvia transferência de recursos.  
195 Apontou os modelos de ações a serem realizadas com esse acordo. Ressaltou ter feito uma apresentação  
196 resumida do documento, que foi encaminhado a todos. Informou que o MP estaria encaminhando as  
197 minutas e trocando informações com o Comitê Guandu e sua assessoria jurídica. Patrícia Gabai (MPRJ)  
198 ressaltou que a proposta do ACT foi levantada no ano de 2000 por iniciativa do coordenador a época do  
199 GAEMA/MPRJ, José Maximino (MPRJ), como também de Gisela Pequeno (MPRJ) Pequeno (MPRJ), com  
200 o objetivo de dar apoio em relação aos procedimentos que estariam tramitando no GAEMA neste período.  
201 Com a extinção do grupo, muitos procedimentos retornaram às promotorias de origem e voltaram a ser  
202 trabalhados pelo GTT de Segurança Hídrica, que possui a mesma coordenação do antigo grupo. Saliu  
203 que a gestão da ACT foi passada para o centro de apoio e diante da relevância do tema e interface do MP  
204 com o Comitê Guandu, julgou-se necessário e oportuno a continuação das tratativas, para que o ACT  
205 fosse formalizado, trazendo uma atuação positiva das duas instâncias. Informou que a minuta do ACT já  
206 havia tramitado nas esferas internas do MP e sido encaminhada ao Comitê Guandu, onde foram feitas as  
207 modificações necessárias e inclusão da AGEVAP. Sobre a proposta de transferência por meio de “Meta  
208 dados”, falada por Nelson Reis (OMA-Brasil), levantou que precisaria ser verificado com a GADG/MPRJ,

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

209 quais os formatos dos dados, destacando que não enxergava problemas em obterem uma interlocução  
210 com o Comitê Guandu, para saberem de que forma esses dados poderiam ser passados e aproveitados  
211 pela plataforma para serem inseridos ao sistema. Por outro lado, informou que é disponibilizado ao Comitê  
212 Guandu todo o acervo de suas respectivas plataformas para que haja um melhor aproveitamento e talvez  
213 pudessem aproveitar para outras frentes de trabalho. Realçou que a celebração do ACT, poderia apontar  
214 diversas formas de apoio em algumas ações do Comitê Guandu. Informou que a minuta já havia sido  
215 aprovada pela Diretoria Colegiada do Comitê Guandu, em uma de suas reuniões, na data de 28 de junho  
216 de 2021 e entendeu-se por bem o encaminhamento do instrumento a Plenária. Gisela Pequeno (MPRJ)  
217 reforçou a fala de sua colega, sobre a importância do ACT para fomentar o intercâmbio de informações e  
218 atuação dos dois entes no âmbito dos recursos hídricos. Julgou interessante a proposta de inserir os  
219 dados do Observatório da bacia do Guandu a plataforma do MP. E informou que estaria sendo construído  
220 um GT pela Secretaria Estadual de Saúde, para elaboração de um plano de segurança da água e em  
221 janeiro de 2022 aconteceria uma reunião para sua criação, onde o Comitê Guandu seria convidado, dentre  
222 outros atores. Nelson Reis (OMA-Brasil) apontou sua apreciação a aprovação do ACT e recomendou  
223 reaplicação da Resolução do Comitê BG no Comitê Guandu, para esse tratamento dos dados. Marcelo  
224 Danilo (ANAGEA/RJ) realçou sobre a transição que estaria ocorrendo no site do Comitê Guandu,  
225 destacando a importância do ACT para inserção de dados e que acreditava que assim poderiam iniciar  
226 para o ano de 2022 discussões para estruturação de uma nova plataforma com novas bases de dados.  
227 Tatiana Bastos (IDC) propôs que após a aprovação do ACT, todos os dados do Comitê Guandu sejam  
228 encaminhados ao MP. Uíara Martins (FONASC) ressaltou a necessidade de se fazer valer as prescrições  
229 do ACT e concordou com Tatiana Bastos (IDC). Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) julgou  
230 discriminatório a priorização na ordem das falas para membros do Comitê Guandu e questionou se o ACT  
231 apontaria ganhos para que as ações do MP fossem mais rápidas. Hendrik Mansur (TNC) considerou  
232 esperançoso a existência de ações que permitem o amadurecimento do sistema de recursos hídricos.  
233 Salientou que membros não possuem somente direito a voz, como também compromisso com as  
234 aprovações e por conta disso possuem preferência na ordem das falas, porque há ocasiões que não é  
235 possível que todos expressem suas falas e alguns cidadãos muitas vezes não conhecem os assuntos.  
236 Patrícia Gabai (MPRJ) acreditou que essa celebração do ACT seria para subsidiar a atuação de ambos  
237 os órgãos e contribuir com as ações do Comitê Guandu. Enfatizou ser a finalidade do documento dar  
238 tratamento aos dados e não manter no papel. Considerou a parceria fundamental e frisou a necessidade  
239 de apontar transparência dos dados e maior controle social. Gisela Pequeno (MPRJ) complementou  
240 considerando que sem informações e dados técnicos não seria possível avançar e ser efetivo em nenhuma  
241 atuação. E reforçou a fala de Patrícia. Ana Asti (SEAS) mencionou que todos os dados já seriam  
242 disponibilizados no site do Comitê Guandu, mas acreditava que o ACT iria permitir a disponibilização de  
243 todas as informações. Nelson Reis (OMA-Brasil) salientou que a Resolução do Comitê BG citava as  
244 periodicidades dessas transições e reforçou a proposta de reaplicação da mesma no Comitê Guandu. Ana  
245 Asti (SEAS) julgou pertinente, e sugeriu que em uma próxima reunião da Diretoria Colegiada do Comitê  
246 Guandu, os diretores se debruçassem sobre esta Resolução. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ)  
247 comprometeu-se levar a proposta do ACT a CTSB para que pudessem discutir e encaminhar de uma  
248 forma célere, dentro dos processos que os cabem na gestão, para uma possível evolução no ano 2022  
249 para que conseguissem implementar parcialmente ou totalmente essa troca de informações entre o MP e  
250 o Comitê Guandu. Tatiana Bastos (IDC) solicitou o compromisso do Comitê Guandu no envio dos dados  
251 ao MP, sugeriu a aprovação do ACT junto a esse encaminhamento de dados de forma ativa e não apenas  
252 com disponibilização no site. Ana Asti (SEAS) salientou que seria o que constava no ACT. Tatiana Bastos  
253 (IDC) referendou que todos os dados do Comitê Guandu fossem encaminhados ao MP. Iniciou-se a  
254 votação para aprovação do ACT. Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) reforçou sua sugestão para  
255 encaminhamento da discussão para a CTSB. Sem manifestações contrárias ou abstenções a ACT foi  
256 aprovada. Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) apontou não ser contra a ACTs, mas que  
257 considerou pejorativo o limite de participações em cada apresentação por meio das falas. Julgou que os  
258 membros tratam o Comitê Guandu como instituições privadas. Ana Asti (SEAS) replicou que procuravam  
259 seguir as regras do RI e que estariam fazendo o possível para tornar as participações mais democráticas  
260 possíveis. Uíara Martins (FONASC) viabilizou o andamento das prescrições do ACT. Nelson Reis (OMA-

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

261 Brasil) disponibilizou para todos por meio de link a Resolução do Comitê BG. Iniciaram o **ITEM 5** - João  
262 Clímaco (FONASC) apresentou a solicitação de apoio a moção. Que lamentou não ter sido apreciada  
263 anteriormente pela Plenária em tempo hábil para entrar com uma ação contra a Medida Provisória  
264 nº1055/2021 e por conta disso sentiu-se desprestigiado. Uíara Martins (FONASC) concordou e acreditou  
265 que o Comitê Guandu deveria iniciar ao próximo ano a se debruçar sobre questões semelhantes. Ana Asti  
266 (SEAS) apontou sua tristeza em relação as duras colocações de João Clímaco (FONASC) ao Comitê  
267 Guandu e questionou a Secretaria Executiva o motivo da perda no tempo em levantar alguma ação contra  
268 a MPV nº1055/21. Fátima Rocha (AGEVAP) esclareceu que a solicitação chegou a ser discutida em  
269 reunião da Diretoria Colegiada em agosto de 2021 e a reunião próxima para entrada em pauta havia sido  
270 a 4ª RO Plenária de 02 de dezembro de 2021. Notificou que a solicitação foi inserida, porém, não  
271 obtiveram tempo para discussão de todos os itens da pauta e por esse motivo também estariam realizando  
272 a então reunião, com o objetivo de dar continuidade. Com isso, essa seria a razão da solicitação ter sido  
273 apresentada apenas na presente data. Ana Asti (SEAS) solicitou que nas próximas ocasiões, haja maior  
274 atenção aos prazos. Pois em situações como estas e semelhantes, considerou que caberiam até mesmo  
275 alterações de pauta. Fátima Rocha (AGEVAP) comunicou que a reunião estava sem quórum. Nelson Reis  
276 (OMA-Brasil) salientou a necessidade de repensarem sobre a extensão das pautas e iniciarem divisões  
277 dos assuntos e reuniões extraordinárias para solucionarem questões de decisões da Plenária. Gilvoneick  
278 Souza (Defensoria Socioambiental) concordou com as falas de João Clímaco (FONASC) e Uíara Martins  
279 (FONASC), reforçando sua fala em acreditar que os membros estariam tornando o Comitê Guandu em  
280 uma iniciativa privada com as suas posições. Considerou que o MP deve manter-se fiscalizando e  
281 cobrando ações. Marco Antônio Barbosa (CREA) considerou que a pauta deveria traduzir um tempo de  
282 no máximo 02h30min, visto que não havia quórum, questionou o que foi decidido em cima do levantamento  
283 de tempo utilizado em reuniões para proposta de calendário. Salientando o número de colocações que  
284 são feitas em reuniões Plenárias, julgou necessário um máximo de 4 itens de pauta e sugeriu dar  
285 continuidade a reunião, para finalização da pauta, na data de 23 de dezembro de 2021. Gisela Pequeno  
286 (MPRJ) realçou que o ACT aprovado com o Comitê Guandu seria um instrumento para intercâmbio de  
287 dados técnicos e informações e que em momento algum o MP iria se desobrigar de seus deveres.  
288 Reforçou que a proposta seria otimizar a atuação dos órgãos. Gilvoneick Souza (Defensoria  
289 Socioambiental) sentiu-se contemplado e aliviado com a colocação de Gisela Pequeno (MPRJ). Reforçou  
290 suas falas anteriores e desejou felicitações de finais de ano aos participantes. João Clímaco (FONASC)  
291 considerou que o problema na pauta seria a ausência de consciência política e sugeriu que essas  
292 questões sejam prioritárias. Solicitou maior recepção para a moção que apresentariam sobre marco  
293 hídrico, julgando importante o posicionamento do Comitê Guandu. Ana Asti (SEAS) questionou se a  
294 moção mencionada já havia sido encaminhada. João Clímaco (FONASC) replicou que daria andamento  
295 a esse processo. Ana Asti (SEAS) notificou a ausência de quórum e por conta disso não conseguiram dar  
296 continuidade as discussões dos demais itens de pauta. Por fim, a Diretora Executiva, Ana Asti (SEAS)  
297 agradeceu a presença de todos, efetuou cumprimentos de final de ano e declarou como encerrada esta  
298 reunião. **ENCAMINHAMENTOS:** A reunião foi encerrada às 17h26min. Eu, Maria Adelaide Vicente, tomei  
299 a termo esta ata que segue assinada por:

300  
301

---

**Ana Asti (SEAS)**  
**Diretora Executiva**

302  
303

### **Membros Presentes:**

304 Mayná Coutinho Morais (CEDAE Saneamento); Lucas Arrosti (Iguá); Caroline Lopes (AEGEA); Felipe  
305 Machado (F.A.B Zona Oeste); Viviane Montebello Carvalhosa (NUCLEP); Tatiana Bastos (IDC) ; Uíara  
306 Martins (FONASC) ; Hendrik Mansur (TNC) ; Marcelo Danilo (ANAGEA/RJ) ; Karina Alencar (ABES);  
307 Nelson Reis (OMA-Brasil) ; Alberto Lootens (P.M. Barra do Pirai); Andreia Loureiro (P.M. Queimados);  
308 Mario Amaro (P.M. Pirai); Luiz Constantino (INEA) Fernando Carvalheira (P.M. Miguel Alvarenga (ABES)

## ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO PLENÁRIO DO COMITÊ GUANDU/RJ 2021 – 20.12.2021

309 Pereira); Mariluci Martelleto (EMATER-RIO); Ana Asti (SEAS); Hélio Vanderlei (INEA) ; Marco Antônio  
310 Barbosa (CREA) .

311

### 312 **Ausências Justificadas:**

313 Celso Rodrigues da Silva Junior (FCC); Jeandra Luna Lima Pedrosa (Sindicato Rural do Município do Rio  
314 de Janeiro).

315

### 316 **Convidados:**

317 André Leone (INEA); Gilvoneick Souza (Defensoria Socioambiental) ; Bruno Campos (IDC); Patrícia Gabai  
318 (MPRJ); Miguel Alvarenga (ABES) ; Luis Jupy (FIRJAN); Décio Tubbs (ABAS); Gisela Pequeno (MPRJ) ;  
319 Leonardo Machado (P.M. Mangaratiba); João Clímaco (FONASC) ; Mayara Regina (MPRJ); Luiz  
320 Constantino (INEA) Fátima Rocha (AGEVAP); Antonio Souza (AGEVAP); Daiana Gelelete (AGEVAP);  
321 Cláudia Vasconcelos (AGEVAP); Rafael Venâncio (AGEVAP); Vanessa Gomes (AGEVAP); Kleiton  
322 Gomes (AGEVAP); Jéssica Queiroga (AGEVAP); Sérgio Leite (AGEVAP).